

"PROMOVENDO A INTEGRIDADE E A JUSTIÇA: A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS E ÉTICA NO ENSINO POLICIAL MILITAR"

“PROMOTING INTEGRITY AND JUSTICE: THE IMPORTANCE OF HUMAN RIGHTS AND ETHICS IN MILITARY POLICE EDUCATION”

Talisson de Deus Caixeta*

Levi Santos Santana*

RESUMO

O papel da formação policial militar na segurança pública é fundamental, pois é através dela que os agentes são capacitados para lidar com uma variedade de desafios, incluindo criminalidade e tensões sociais. Contudo, frequentemente observa-se que a abordagem de temas essenciais, como direitos humanos e ética, é superficial na formação policial, o que pode resultar em condutas inadequadas e violação dos direitos tanto dos cidadãos quanto dos próprios policiais. Portanto, este projeto visa avaliar e sugerir melhorias para uma integração mais efetiva de conceitos de direitos humanos e ética no currículo policial militar. A relevância dessa pesquisa decorre da necessidade imperativa de promover a proteção e o respeito às liberdades e à dignidade humana, prevenindo abusos de autoridade e uso excessivo da força. A ausência ou a falha na formação apropriada em direitos humanos e ética pode levar a atitudes injustas e desumanas, tornando essencial a identificação de deficiências e a implementação de melhorias no treinamento policial. O objetivo principal deste estudo é examinar a eficácia do currículo atual em relação ao ensino de princípios éticos e direitos humanos, propondo estratégias pedagógicas e ajustes curriculares para otimizar essa educação. Para alcançar este objetivo, serão realizadas revisões bibliográficas sobre ética, direitos humanos e educação policial, análises do currículo vigente e entrevistas com especialistas em segurança e acadêmicos, a fim de avaliar a efetividade do currículo em preparar os policiais para atuar de acordo com os princípios éticos e de respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino. Ética. Segurança. Direitos Humanos. Policial

ABSTRACT

The role of military police training in public security is crucial, as it is through this training that agents are equipped to handle a variety of challenges, including criminality and social tensions. However, it is often observed that the approach to essential themes, such as human rights and ethics, is superficial in police training, which can result in inadequate conduct and violation of the rights of both citizens and the police themselves. Therefore, this project aims to evaluate and suggest improvements for a more effective integration of human rights and ethics concepts into the military police curriculum. The relevance of this research stems from the imperative need to promote protection and respect for freedoms and human dignity, preventing abuses of authority and excessive use of force. The absence or failure in appropriate training in human

*Aluno do curso de formação de praças, turma fox 5 companhia, do comando da academia da polícia militar do estado de Goiás (CAPM) E-mail: talissoncaixeta@gmail.com

* Professor Orientador, Especialista em Altos Estudos em Segurança Pública, Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: levisantana@hotmail.com

rights and ethics can lead to unjust and inhumane attitudes, making it essential to identify deficiencies and implement improvements in police training. The main objective of this study is to examine the effectiveness of the current curriculum in relation to the teaching of ethical principles and human rights, proposing pedagogical strategies and curriculum adjustments to optimize this education. To achieve this objective, bibliographic reviews on ethics, human rights, and police education will be conducted, along with analyses of the current curriculum and interviews with security experts and academics, to assess the effectiveness of the curriculum in preparing police officers to act in accordance with ethical principles and respect for human rights.

Keywords: Education. Ethics. Security. Human Rights. Police.

1 INTRODUÇÃO

O ensino policial militar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de uma segurança pública eficiente, pois é por meio dessa formação que os agentes de segurança adquirem as habilidades necessárias para lidar com uma ampla gama de situações, que englobam desde a criminalidade e conflitos sociais até emergências de diversas naturezas. Contudo, torna-se essencial indagar se as abordagens atuais dessas formações são suficientemente profundas em temas cruciais como direitos humanos e ética. Estes são aspectos fundamentais para assegurar o exercício pleno da cidadania e a salvaguarda da dignidade humana.

Neste cenário, a presente pesquisa realiza uma análise criteriosa da eficácia do currículo atual no ensino policial militar, focando especialmente na maneira como princípios respeitosos dos princípios éticos e atentos à observância dos direitos humanos. internalizados pelos agentes. Além de avaliar o estado atual, o estudo propõe revisões curriculares significativas e desenvolve estratégias pedagógicas inovadoras, visando otimizar a assimilação e aplicação prática destes conceitos essenciais. A efetiva integração destes princípios no treinamento policial é fundamental não apenas para a formação de profissionais mais conscientes e preparados, mas também com a promoção de uma cultura institucional robusta, ancorada em valores como integridade e justiça.

Essencialmente, o objetivo é cultivar um respeito profundo e constante pelos direitos e liberdades individuais, fomentando uma atuação policial que esteja alinhada com os padrões éticos mais elevados e as expectativas da sociedade moderna. Ao fazer isso, a pesquisa contribui para a construção de um modelo de segurança pública que não somente protege a comunidade, mas também respeita e valoriza a dignidade humana em todas as suas dimensões.

Por meio de uma abordagem que combina análise curricular, revisão bibliográfica e entrevistas com profissionais e acadêmicos da área, esta pesquisa busca contribuir de forma significativa para o aprimoramento do ensino policial militar, inspirando reflexões e promovendo mudanças que tenham impacto em uma atuação policial mais ética, justa e comprometida com os direitos humanos. Ao focar essa vertente, o estudo propõe uma visão atualizada e ampliada do ensino policial militar, alinhando-o às demandas e aos valores da sociedade contemporânea, fortalecendo, assim, seu papel como meio para salvaguardar e fomentar os direitos fundamentais.

Ao se dedicar a essa perspectiva, a pesquisa busca uma reformulação e expansão do conceito de ensino policial militar, alinhando-o com as necessidades e valores da sociedade contemporânea. Essa abordagem enfatiza a importância de consolidar o papel do ensino policial como um mecanismo crucial para a salvaguarda e promoção dos direitos fundamentais, incentivando práticas que reflitam uma conduta ética e respeitosa. Diversos acadêmicos ressaltam que a assimilação de princípios éticos e a compreensão dos direitos humanos são fundamentais para estabelecer uma cultura policial caracterizada pela justiça e igualdade. Esta abordagem não apenas aprimora as práticas policiais, mas também promove um ambiente de respeito e equidade dentro da força policial e na sociedade como um todo. A necessidade de reformas educacionais que promovam uma compreensão profunda desses princípios é essencial para evitar práticas abusivas e garantir o respeito à dignidade humana, como salientado por autores como Skrtic (1995) e Florian (2009), que enfatizam a necessidade de uma transformação cultural e estrutural dentro das instituições educacionais e de segurança pública. Esta pesquisa busca contribuir para essa transformação, oferecendo insights e propostas que visam a promover um ensino policial militar mais consciente, responsável e alinhado aos princípios de justiça e humanidade, refletindo, assim, uma visão mais holística e contemporânea da segurança pública.

A formação de policiais militares desempenha um papel duplo na promoção dos direitos humanos. Em primeiro lugar, ela capacita os agentes de segurança pública a agirem de maneira ética, justa e respeitosa em suas interações com a comunidade. Isso inclui o treinamento em técnicas de policiamento com foco na mediação de conflitos, no uso adequado da força e na proteção dos direitos individuais dos cidadãos. Os policiais militares devem estar cientes de que seu poder e autoridade são concedidos pela sociedade, e não podem ser usados de forma arbitrária ou abusiva.

Por outro lado, a comunidade desempenha um papel crucial na formação do policial militar, fornecendo insights sobre suas necessidades, expectativas e preocupações. A

colaboração entre a polícia e a comunidade é fundamental para a construção de um ambiente de segurança mais eficaz e justo. A comunidade deve participar ativamente do processo de formação, fornecendo feedback, promovendo o diálogo e estabelecendo parcerias com as forças de segurança. Dessa forma, ela contribui para a construção de uma força policial mais sensível às necessidades locais e mais comprometida com a proteção dos direitos humanos.

Assim sendo, a educação do policial militar transcende a esfera do treinamento técnico, abrangendo também a inculcação de valores e princípios atrelados aos direitos humanos e à ética. Esta formação holística implica uma responsabilidade compartilhada entre os policiais militares e a comunidade, na qual ambos contribuem ativamente para a promoção e salvaguarda dos direitos humanos, colaborando para a edificação de uma sociedade mais segura e equitativa. Conforme destacado por Nalini (2001, p. 150), entende-se a sociedade como uma associação moral duradoura de pessoas que visam alcançar metas comuns através de métodos apropriados. Neste contexto, as leis desempenham um papel essencial, não apenas como instrumentos de punição para aqueles que desrespeitam as normas sociais, mas também como diretrizes que orientam os comportamentos aceitáveis e delineiam as consequências para aqueles que violam tais padrões, uma perspectiva reforçada por Beccaria (2002, p. 101). Este enfoque legal e ético é crucial para assegurar que as ações individuais estejam alinhadas com o bem-estar coletivo e o respeito mútuo dentro da comunidade.

Nesse contexto, este artigo busca oferecer uma compreensão abrangente dos direitos humanos e da ética e sua relevância no ensino do policial militar, não apenas nas atividades do dia a dia, mas também na esfera profissional. Com base na compreensão de que o conceito dos direitos humanos e da ética fornece uma base filosófica para reflexão, considera-se apropriado abordar uma visão holística dos direitos humanos e da ética, discutindo seu aspecto filosófico antes de mergulhar no objetivo central, que é a dos direitos humanos e da ética profissional do policial. Isso é fundamental para que o policial possa atuar com integridade e responsabilidade diante das situações conflituosas que surgem ao lidar com a manutenção da ordem social. A inserção dos princípios de direitos humanos e ética no currículo de ensino policial militar desempenha um papel fundamental na promoção de práticas mais eficazes e humanizadas para o desempenho das atividades dos agentes de segurança. Isso ocorre por diversos motivos que se entrelaçam de maneira significativa.

A partir dessa premissa vê-se que, a incorporação desses princípios oferece aos policiais militares uma base sólida para a tomada de decisões mais justas e éticas em suas interações com a comunidade. Ao compreenderem os direitos humanos como uma referência central, os agentes são incentivados a respeitar a dignidade e os direitos fundamentais de todos os

cidadãos, promovendo a igualdade e a justiça em suas ações. A ética, por sua vez, orienta os policiais no estabelecimento de padrões morais que reforçam o compromisso com a integridade, a honestidade e o respeito, tornando-os menos propensos a práticas abusivas ou arbitrárias.

Além disso, a inserção dos princípios de direitos humanos e ética no currículo de ensino policial militar proporciona um entendimento mais amplo e contextualizado das dinâmicas sociais e das comunidades atendidas. Isso capacita os agentes a reconhecerem as necessidades e expectativas dos cidadãos, estabelecendo uma comunicação mais eficaz e fortalecendo os laços de confiança entre a polícia e a sociedade. A mediação de conflitos e o uso adequado da força também se beneficiam dessa abordagem, uma vez que a ênfase na ética e nos direitos humanos incentiva o emprego dessas técnicas com discernimento, evitando excessos e conflitos desnecessários.

Ademais, a inclusão desses princípios contribui para uma mudança cultural dentro das instituições de segurança pública, fortalecendo a mentalidade de que a autoridade policial deve ser exercida com responsabilidade e transparência. Os policiais militares passam a compreender que seu poder é delegado pela sociedade e, portanto, devem prestar contas de suas ações. Isso resulta em práticas mais transparentes, sujeitas a escrutínio público e, conseqüentemente, mais respeitosas dos direitos humanos.

Também é relevante destacar que a ética e os direitos humanos no currículo de ensino policial militar promovem a autorreflexão e a autoavaliação por parte dos agentes. Eles são encorajados a examinar suas próprias atitudes e comportamentos à luz desses princípios, fomentando um constante aprimoramento profissional e pessoal. Isso contribui para uma força policial mais sensível, consciente e alinhada com as necessidades da sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O ensino policial militar é uma componente fundamental na formação de profissionais de segurança pública, e o papel dos direitos humanos e da ética é crucial neste processo. O ensino de direitos humanos e ética para policiais militares pode criar um ambiente onde a justiça e a integridade são valorizadas e promovidas.

O ensino de direitos humanos visa promover uma compreensão profunda da dignidade e valor inerente a cada pessoa. Para autores como Klockars (1980), é essencial inculcar nos policiais militares uma forte base ética, garantindo o respeito aos direitos humanos e o uso proporcional da força. Destarte, a integração de princípios éticos e direitos humanos na

formação policial é considerada uma medida preventiva contra abusos de autoridade e violações de direitos humanos.

Cada indivíduo guia suas ações por meio de normas que julga serem adequadas ou merecedoras de adesão. Essas normas, amplamente aceitas e reconhecidas, funcionam como orientações para o comportamento, refletindo decisões que são fruto de ponderações cuidadosas.

Conforme enfatizado por Catâneo em 2008, a ética é uma disciplina que se concentra no estudo das condutas morais dos indivíduos dentro do contexto social. Ela abrange a investigação, a análise e a reflexão acerca de um amplo espectro de comportamentos humanos, levando em consideração sua complexidade e variedade.

A partir dessa definição, podemos concluir que todos os nossos atos e julgamentos, nossa conduta cotidiana, estão fundamentados em normas que indicam o caminho a seguir para manter uma postura ética. Cada indivíduo procura orientar suas ações de acordo com normas que considera persuasivas ou dignas de serem seguidas, normas que são amplamente aceitas e convincentes, a fim de que as pessoas compreendam como devem agir. Portanto, nossas ações são o resultado de uma escolha consciente, baseada em nossa abordagem reflexiva. Dentro desse cenário, os escritores Almeida e Christmann destacam o seguinte:

Para serem eticamente defensáveis, é preciso demonstrar que os atos com base no interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de bases 4 mais amplas, pois a noção de ética traz consigo a idéia de alguma coisa maior que o indivíduo. Se for defender a minha conduta em bases éticas, não posso mostrar apenas os benefícios que ela me traz. Devo reportar-me a um público maior (ALMEIDA e CHRISTMANN, 2002, p. 13-14).

Assim, nota-se que é fundamental alcançar um perfeito equilíbrio entre princípios éticos e interesses pessoais para garantir uma conduta imparcial. Conforme apontado por Silva (2000), a compreensão da ética envolve a delimitação de sua abrangência e dos limites que a regem, essencial para orientar a conduta no exercício da atividade policial. No âmbito deste cenário, conforme apresentado na visão de Boff (2004, p. 37):

A ética é parte da filosofia. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Dizemos, então, que tem caráter e boa índole.

Conforme exposto por Silva (2000, p. 15), Theobaldo Miranda dos Santos define a ética como o campo de estudo que se debruça sobre as ações humanas orientadas para o bem.

Segundo essa perspectiva, a ética é vista como a disciplina que explora o uso da liberdade individual na busca pelos objetivos mais nobres. De maneira simultânea, Silva (2000, p. 16) apresenta o ponto de vista de Bertrand Russell,

que entende a ética como um conjunto de normas fundamentais que guiam na formulação de diretrizes para o comportamento. A partir dessas concepções, conclui-se que todos os atos, decisões e comportamentos de uma pessoa estão fundamentados em padrões éticos que direcionam a conduta adequada. Importante salientar que esses padrões éticos podem sofrer variações ao longo do tempo e entre diferentes culturas.

A ética estuda o comportamento do homem livre diante de si próprio e do meio em que vive. Tem como finalidade, traçar-lhe deveres no plano moral, exigindo-lhe a prática do bem. Se o homem tem liberdade para comportar-se, pode, se quiser, agir eticamente (SILVA, 2000, p. 16-17).

De acordo com Silva (2000, p. 17), a ética vai além da simples teoria, pois se manifesta na prática do bem, ancorada no respeito aos valores morais, que são parte integrante tanto da consciência individual quanto da coletiva. Assim, ela assume um papel crucial na supervisão e orientação das relações sociais. As normas e diretrizes adotadas pela sociedade para guiar o comportamento humano têm suas origens nos valores que os indivíduos desenvolvem em suas interações mútuas e com o ambiente em que vivem. Nesse contexto, Nalini (2001, p. 38) propõe o seguinte:

A norma exprime um dever e se dirige a seres capazes de cumpri-la ou violá-la. Sustenta-a o suposto filosófico da liberdade. Se o indivíduo não pudesse deixar de fazer o que ela prescreve, não seria norma genuína, mas lei natural. De maneira análoga, careceria de sentido declarar que a distância mais curta entre dois pontos deve ser a linha reta, porque isso não é obrigatório, senão necessário e evidente. É da essência da norma a possibilidade de sua violação.

Portanto, ao analisar as relações humanas dentro da sociedade, torna-se fundamental reconhecer a interconexão destas com a estrutura de poder existente na comunidade. Em qualquer interação social, há sempre a presença de uma figura de autoridade e outra que a acata. Contudo, é importante destacar que essa dinâmica de poder é fundamentada na estrutura social atual, onde frequentemente as elites têm o poder de estabelecer as normas que orientam o comportamento social. Isso engloba a definição de conceitos de certo e errado, moral e imoral, influenciando diretamente na formação da cultura de uma sociedade.

Conforme apontado por Vasques em 2000, a ética emerge como uma reflexão crítica a respeito da moralidade, questionando e investigando os elementos morais nas ações humanas.

Na esfera da filosofia, ela tem a função de examinar detalhadamente e de forma crítica os valores morais, avaliando sua legitimidade e buscando sua coerência tanto lógica quanto moral.

Catâneo, em 2008, destaca que a conduta ética é vista como desejável em quase todos os contextos culturais, uma visão que remonta a Aristóteles. Esta concepção sugere que agir virtuosamente é um caminho para alcançar a felicidade. Dentro dessa ótica, ganham destaque também os ensinamentos de figuras como Jesus, que salientam a importância de se valorizar os interesses alheios na mesma medida que os próprios. Em resumo, isso significa dar o mesmo valor aos interesses dos outros como damos aos nossos.

A Ética refere-se à práxis, pois é um conhecimento que visa o agir: “Uma capacidade verdadeira e racionada de agir no tocante às coisas que são boas ou más para o homem”. Na práxis, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis. Assim, por exemplo, dizer a verdade é uma virtude do agente, inseparável de sua fala verdadeira e de sua finalidade, que é proferir uma verdade. Na práxis ética, somos aquilo que fazemos (CATÂNEO, 2008, p. 109).

Vasques (2000) aborda a ética como uma disciplina que investiga o comportamento moral humano em seu contexto social, definindo-a como uma especialização científica focada em aspectos particulares da conduta humana. De forma mais direta, a ética é entendida como um ramo da filosofia que estuda o comportamento humano sob a ótica dos valores morais. Essa área busca analisar, estabelecer e justificar os fundamentos para avaliações morais relacionadas às ações humanas, estabelecendo padrões e objetivos que norteiam tais comportamentos. Neste contexto, Almeida e Christmann (2002) referenciam os ensinamentos de Jesus Cristo, que promoviam a ideia de superação do interesse pessoal e a prática do amor ao próximo, sugerindo uma reciprocidade no respeito e consideração pelas necessidades alheias. Eles também ressaltam o imperativo categórico de Kant, que defende a adoção de um comportamento tal que o princípio de que o guia possa se tornar uma norma ecumênica.

Tanto o preceito cristão como o imperativo categórico de Kant partem de um ponto de partida coletivo, em outras palavras, de uma perspectiva do bem comum. No ‘amai-vos uns aos outros como ama a ti mesmo’ fica patente a necessidade da igualdade na forma de amar. Esse preceito é também um convite ao autoconhecimento, pois antes de amar ao outro, você necessita amar a si próprio, e para amar-se, é imprescindível conhecer-se. Já no ‘age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal’, está clara a necessidade de que o preceito que uma pessoa tenha escolhido como guia para suas ações deva poder ser utilizado como princípio de uma legislação universal, ou seja, possa ser usado por todos os homens e mulheres do universo. Uma lei dessa espécie proporá a harmonia e o equilíbrio da sociedade e não a discórdia e o conflito!

(ALMEIDA e CHRISTMANN, 2002, p. 84).

Aprofundando essa discussão, Vasques (2000, p. 23) conceitua a ética como a teoria ou campo de estudo dedicado à análise do comportamento moral dos indivíduos em uma comunidade. Em outras palavras, refere-se a um campo acadêmico voltado especificamente para um tipo particular de comportamento humano. De maneira mais resumida, a ética é uma vertente da filosofia focada em examinar e ponderar acerca das questões morais que envolvem o comportamento humano. Seu objetivo principal é fomentar o diálogo e fornecer fundamentos consistentes para as avaliações morais relacionadas às condutas humanas, definindo padrões e metas que orientam essas condutas.

Quanto à concepção contemporânea de direitos humanos, ela se baseia na premissa de que nenhum ser humano deve ser considerado inferior a outro, evitando-se, assim, qualquer forma de violência ou discriminação por motivos de cor, raça, religião, gênero, classe social, entre outros. Adicionalmente, há o reconhecimento de que, apesar das diversas diferenças, todos os seres humanos compartilham a capacidade única de se autotransformar, buscar a verdade e apreciar a beleza, atributos que lhes conferem dignidade intrínseca e o direito a respeito incondicional. Esta compreensão representa um avanço significativo no pensamento moderno.

Esse processo não ocorreu de uma só vez, nem se originou exclusivamente de um conjunto específico de conhecimentos ou doutrinas associados a uma determinada região, corrente religiosa ou filosófica. Em vez disso, ocorreu e continua ocorrendo de maneiras diversas ao longo da evolução da humanidade e de suas sociedades (COMPARATO, 2010, p. 13).

O estudo abrangente realizado por Comparato (2010) sobre a evolução dos direitos humanos remonta suas origens ao período axial, que abrange os séculos VIII a II a.C., quando o monoteísmo se estabeleceu entre os hebreus. No século V a.C., a filosofia emergiu tanto na Ásia quanto na Grécia, levando os seres humanos a empregarem suas faculdades críticas e racionais para questionar o mundo e a si mesmos. Explicações tradicionais e míticas começaram a dar lugar à lógica e à razão neste processo de evolução.

Nesse desenvolvimento, ocorre uma mudança significativa na posição do ser humano em relação ao conhecimento, à fé e à verdade. O ser humano passa a desempenhar um papel central nas discussões e nos fenômenos relacionados a essas dimensões. Simultaneamente, começam a surgir relações de intercâmbio de conhecimentos e visões de mundo entre as

diversas nações e culturas da época.

É por meio desse processo que, como afirmado por Comparato (2010, p. 22), as bases são estabelecidas para a compreensão do ser humano como alguém dotado de liberdade, razão e dignidade inerentes à sua condição humana. Isso proporciona os alicerces para a concepção da Pessoa Humana e seus direitos.

Um marco significativo neste contexto é a contribuição de Immanuel Kant, que ofereceu uma definição perspicaz sobre a dignidade humana. Em suas palavras: "Aja de forma a considerar a humanidade, seja em você mesmo ou em qualquer outra pessoa, sempre como um fim em si mesma, e nunca meramente como um meio para alcançar um fim" (KANT, 1993, p. 133). Esta formulação de Kant estabelece um princípio ético fundamental que enfatiza o respeito inerente a cada ser humano.

Os princípios filosóficos de Kant reconfiguraram as interações entre as pessoas, mediadas pelo estado, e entre indivíduos e objetos, ao incorporar os direitos humanos no domínio ético. Isso teve início com o reconhecimento da capacidade exclusivamente humana de exercer a própria vontade e, o que é ainda mais fundamental, de orientar-se de acordo com padrões estabelecidos por si mesmos.

Como resultado das ideias de Kant, como explicado por Comparato (2010, p. 34), muitas formas de desrespeito à dignidade humana passaram a ser identificadas e questionadas. Além disso, com a filosofia de Kant, surge também um compromisso individual com a felicidade dos outros, pois, se sou responsável por minhas ações e não devo permitir que ajam sobre mim como se eu fosse apenas um objeto, tenho uma obrigação ética de agir da mesma forma, buscando a felicidade dos demais.

A formação ética é imprescindível para uma atuação policial equitativa e legal. Segundo Bayley (1994), os valores e princípios éticos devem ser intrínsecos à formação policial, propiciando um policiamento comunitário eficaz, pautado no respeito mútuo e na cooperação.

A implementação de uma educação ética e em direitos humanos nos currículos de formação policial militar se mostra, portanto, essencial para a construção de uma polícia cidadã e para a promoção da justiça social. A implementação de tais princípios em academias militares e cursos de formação requer métodos pedagógicos que fomentem a reflexão e a crítica. Goldstein (1977) destaca a importância do aprendizado participativo e da problematização como estratégias educacionais eficazes na internalização de valores éticos e direitos humanos por parte dos futuros policiais. A educação contínua e o desenvolvimento profissional são também componentes essenciais para manter a integridade e a justiça na atuação policial militar.

A integração de direitos humanos e ética no ensino policial militar enfrenta obstáculos

significativos, como resistências culturais e estruturais dentro das instituições de segurança pública. No entanto, autores como Skolnick (1966) ressaltam que superar tais desafios é fundamental para a transformação das forças policiais em entidades promotoras de justiça e defensoras dos direitos fundamentais.

3 METODOLOGIA

A condução de um estudo destinado a investigar e aprimorar o currículo educacional da polícia militar envolve o emprego de diversas estratégias metodológicas para coletar e examinar informações. Métodos significativos incluem a análise crítica de publicações especializadas, exame de documentos, condução de entrevistas e avaliação detalhada dos dados coletados. Estas abordagens são cruciais para desenvolver uma pesquisa ampla e solidamente embasada, que possa oferecer percepções enriquecedoras e orientações efetivas para o avanço da formação policial militar.

A revisão bibliográfica é um elemento essencial e estratégico no desenvolvimento deste projeto de pesquisa. Esse processo iniciar-se-á com a seleção criteriosa de bases de dados acadêmicas, que são repositórios de publicações científicas e literatura especializada. A partir daí, realiza-se uma busca minuciosa por estudos, teorias e pesquisas que sejam pertinentes ao tema investigado, com isso em mão poderemos começar a escrita deste trabalho, pois somente com fontes confiáveis é que se pode iniciar essa trajetória.

Essa busca envolve a utilização de palavras-chave relevantes, filtros e critérios de seleção, visando identificar materiais que apresentem contribuições significativas e atualizadas para o campo de estudo. A análise desses materiais permite compilar e sintetizar informações cruciais, destacando as principais tendências, debates vigentes, lacunas existentes e descobertas inovadoras relacionadas ao tema.

O processo de revisão bibliográfica, por conseguinte, não se limita apenas à coleta de dados; ele exige uma avaliação crítica e integrativa da literatura selecionada. Isso significa analisar as abordagens metodológicas, os resultados obtidos e as conclusões dos estudos, comparando-os entre si e contextualizando-os dentro do campo de pesquisa. Essa análise crítica é fundamental para estabelecer o estado da arte do tema em questão, identificando como a pesquisa atual pode contribuir, expandir ou desafiar o conhecimento existente.

Além disso, a revisão bibliográfica serve como uma base sólida para justificar a relevância da pesquisa proposta, delineando claramente como o estudo se insere e dialoga com

o corpo de conhecimento pré-existente. Por meio dessa abordagem sistemática e rigorosa, é possível construir um contexto teórico robusto, que não apenas informa, mas também orienta a direção e o foco da pesquisa subsequente.

Após a revisão bibliográfica, passa-se para a análise documental, que é considerada uma etapa fundamental no processo de avaliação e compreensão do currículo vigente e dos materiais didáticos empregados no ensino policial militar, desempenha um papel crucial. Esta análise consiste em um exame detalhado e criterioso de uma série de documentos relevantes, incluindo, mas não se limitando a, documentos oficiais, planos de ensino, manuais, diretrizes, e outros materiais que são essenciais para delinear a estrutura e o conteúdo da formação policial.

Esse processo envolve uma avaliação aprofundada destes materiais com o objetivo de identificar e compreender como os princípios de ética e direitos humanos estão sendo atualmente incorporados no currículo. Além disso, essa análise é vital para destacar as eventuais lacunas ou deficiências que possam existir, tanto no conteúdo quanto na abordagem pedagógica adotada.

Ao realizar essa análise documental, busca-se uma compreensão holística e crítica dos materiais e métodos utilizados, proporcionando uma base sólida para futuras reformas ou aprimoramentos no currículo e nos métodos de ensino. Dessa forma, é possível assegurar que a formação policial militar esteja alinhada com os valores éticos e os direitos humanos, garantindo uma educação de qualidade e relevante para os desafios contemporâneos enfrentados por esses profissionais.

As entrevistas desempenham um papel essencial na coleta de dados primários, particularmente em pesquisas qualitativas. Neste contexto, a metodologia de entrevista envolve a interação com uma variedade de profissionais e acadêmicos que detêm conhecimentos e experiências relevantes no campo do ensino policial militar. Entre os entrevistados, incluem-se instrutores, membros da polícia militar, e especialistas em educação e direitos humanos. Esta abordagem permite adquirir uma visão abrangente e detalhada das percepções e experiências práticas relacionadas ao treinamento policial militar.

Para efetivar essa técnica, as entrevistas serão conduzidas de maneira estruturada, promovendo um diálogo aberto e esclarecedor. Isso possibilitará uma investigação profunda das práticas de ensino vigentes, a identificação de possíveis desafios e lacunas no sistema atual, e a coleta de sugestões e insights valiosos para o aprimoramento do currículo de treinamento. A análise desses dados será realizada com o intuito de extrair informações relevantes que possam direcionar melhorias e inovações no processo educativo da polícia militar, focando não somente na competência técnica, mas também na conformidade com os princípios de direitos

humanos e nas abordagens educacionais modernas. A análise de dados é a etapa em que as informações coletadas por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas são processadas e interpretadas. Para isso, podem ser empregados métodos qualitativos e quantitativos, dependendo da natureza dos dados. A análise qualitativa envolve a categorização e interpretação de informações textuais, enquanto a análise quantitativa utiliza técnicas estatísticas para quantificar e examinar tendências e padrões.

Portanto, para alcançar o aprimoramento do ensino policial militar, adota-se um conjunto de abordagens metodológicas que se complementam e interagem de maneira sinérgica. Inicialmente, a revisão bibliográfica permite uma imersão profunda na literatura existente, identificando estudos anteriores e teorias relevantes que servem de alicerce para a pesquisa. Paralelamente, a análise documental envolve a avaliação cuidadosa de documentos oficiais, normativas e registros institucionais, fornecendo um panorama atual das práticas e políticas vigentes no ensino policial. As entrevistas, por sua vez, oferecem uma perspectiva mais humanizada e prática, através do diálogo direto com profissionais da área, educadores e possivelmente alunos, permitindo a coleta de dados qualitativos que refletem experiências, percepções e sugestões de melhorias. Por fim, a análise de dados, tanto qualitativos quanto quantitativos, possibilita uma interpretação criteriosa dos dados coletados, ajudando a identificar padrões, lacunas e oportunidades de inovação no currículo e nas estratégias pedagógicas. Juntas, essas metodologias propiciam uma compreensão holística e detalhada das práticas atuais de ensino policial militar, capacitando a proposição de modificações curriculares e estratégias pedagógicas inovadoras. Estas, por sua vez, visam fortalecer a assimilação de princípios éticos e de direitos humanos, contribuindo significativamente para a promoção de uma cultura institucional que seja mais justa, ética e firmemente comprometida com os direitos fundamentais."

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa intitulada com o tema: DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E ENSINO POLICIAL MILITAR que foi delimitado pelo título "Promovendo a Integridade e a Justiça: A Importância dos Direitos Humanos e Ética no Ensino Policial Militar," realizada por meio do Google Forms com a participação de aproximadamente 43 pessoas, fornecem informações valiosas sobre a percepção e opiniões dos participantes em relação à incorporação de ética e direitos humanos no contexto do ensino policial militar.

As indagações incorporadas no questionário foram formuladas com o propósito de avaliar o entendimento tanto dos policiais em serviço quanto dos alunos em formação acerca dos princípios éticos e dos direitos humanos. O foco reside em obter uma apreciação abrangente do conhecimento que esses profissionais da segurança pública possuem sobre temas cruciais como ética e direitos humanos, com o intuito de aprimorar a eficácia e a sensibilidade desses agentes no exercício de suas funções.

Dessa forma podemos ver na tabela abaixo as respostas das seguintes perguntas:

Tabela 1 – Resultado da Pesquisa sobre o tema direitos humanos, ética e ensino policial militar.

Questões	Respostas
Em sua opinião, qual é o grau de importância de ensinar ética no contexto do ensino policial militar?	Quarenta e três (43) participantes enfatizaram a extrema relevância do ensino de ética no âmbito da polícia militar.
Qual é a sua opinião sobre o uso da força dos policiais militares? Você acha que a ética e os direitos humanos devem influenciar a decisão de uso da força?	Trinta e cinco (35) participantes manifestaram a opinião de que o uso da força física não é necessário e que a comunicação eficaz pode alcançar resultados mais satisfatórios, enquanto oito (8) participantes afirmaram que a habilidade de diálogo é limitada e que os policiais precisam recorrer à força.
Como você avaliaria o nível de conhecimento dos policiais militares sobre questões de direitos humanos em sua unidade?	Excelente: 21, Bom: 9, Satisfatório: 8, Insatisfatório: 2, Muito insatisfatório: 0, Não sei dizer: 3
Como você avaliaria o nível de conhecimento dos policiais militares sobre questões de ética em sua unidade?	Excelente: 11, Bom: 14, Satisfatório: 7, Insatisfatório: 2, Muito insatisfatório: 0, Não sei dizer: 4
Você acredita que a introdução de avaliações regulares sobre ética e direitos humanos pode ser benéfica para garantir o cumprimento desses princípios pelos policiais militares?	Sim: 30, Não: 6, Não sei dizer: 7

FONTE: Questionário criado pelo google forms, com perguntas realizadas pelo acadêmico.

Inicialmente, a importância do ensino de ética no contexto policial militar foi enfatizada por uma grande maioria dos participantes. Quarenta e três (43) respondentes ressaltaram a extrema relevância desse ensino, sublinhando que a ética é um pilar fundamental na formação e atuação dos policiais militares.

No que compete à opinião sobre o uso da força pelos policiais militares, as respostas indicaram uma preferência significativa pela comunicação eficaz em vez do uso da força física. Trinta e cinco (35) participantes opinaram que a força física geralmente não é necessária, argumentando que a comunicação eficiente pode levar a resultados mais satisfatórios. Por outro lado, oito (8) participantes reconheceram situações em que a habilidade de diálogo é limitada,

o que, segundo eles, justifica o uso da força por parte dos policiais em determinadas circunstâncias.

Quanto ao nível de conhecimento dos policiais militares sobre direitos humanos, os resultados mostraram uma avaliação positiva. Vinte e um (21) participantes classificaram o conhecimento como excelente, enquanto nove (9) o consideraram bom e oito (8) satisfatório.

Apenas uma minoria dos respondentes avaliou o conhecimento como insatisfatório (2) ou não soube opinar (3).

Em relação ao conhecimento sobre questões de ética, os resultados foram igualmente positivos, embora um pouco mais variados. Onze (11) participantes avaliaram o conhecimento como excelente, quatorze (14) como bom e sete (7) como satisfatório. A avaliação de conhecimento insatisfatório foi dada por dois (2) participantes, e quatro (4) não souberam opinar.

Finalmente, a pesquisa indicou um forte apoio à introdução de avaliações regulares sobre ética e direitos humanos, com trinta (30) participantes acreditando que tal medida seria benéfica para assegurar o cumprimento desses princípios pelos policiais militares. Seis (6) participantes não concordaram com a introdução dessas avaliações e sete (7) não souberam opinar.

Esses resultados refletem uma consciência crescente sobre a importância da ética e direitos humanos no âmbito policial militar e sugerem um caminho promissor para o aprimoramento contínuo das práticas e do ensino na área.

Os resultados desta pesquisa ressaltam a necessidade crítica de integrar estes princípios no treinamento dos policiais militares.

Primeiramente, a ênfase colocada por 43 participantes sobre a extrema relevância do ensino de ética no contexto policial destaca a percepção crescente de que a ética é mais do que um complemento ao treinamento técnico; é um componente essencial que molda a conduta e as decisões dos policiais no campo. A ética, quando bem integrada, promove um senso de responsabilidade e integridade, que é vital na manutenção da confiança pública e na eficácia do policiamento.

A preferência pela comunicação eficaz sobre o uso da força, como indicado por 35 participantes, reflete uma mudança paradigmática no pensamento policial. A abordagem baseada na comunicação e no entendimento mútuo alinha-se com práticas de policiamento comunitário, onde a resolução de conflitos e a prevenção de crimes são alcançadas através do diálogo e da colaboração, em vez da força. Isso não apenas reduz o potencial de confrontos

violentos, mas também reforça a imagem da polícia como uma entidade protetora e não opressora.

Os resultados sobre o conhecimento de direitos humanos e ética entre os policiais militares, embora positivos, indicam uma área de melhoria contínua. A excelência e a boa compreensão nestas áreas são fundamentais para garantir que as ações policiais estejam em consonância com as leis nacionais e internacionais, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos. A formação sólida em direitos humanos e ética capacita os policiais a entenderem e aplicar esses conceitos em situações complexas e desafiadoras.

No que se refere ao uso da força, as variadas opiniões abrem espaço para discussões sobre a abordagem adequada em situações que exigem intervenção policial. As divergências de pontos de vista são marcantes na discussão, variando entre os que defendem a priorização do diálogo e da mediação e os que sustentam que, em certas circunstâncias, o uso da força pode ser necessário. Esse debate é essencial para a formulação de políticas de uso da força, para o treinamento policial e para encontrar um equilíbrio entre a manutenção da segurança pública e o respeito aos direitos humanos.

A análise do grau de entendimento dos policiais militares sobre direitos humanos e ética em suas unidades revela uma variedade de percepções. Enquanto as avaliações positivas são encorajadoras, aquelas consideradas "insatisfatórias" apontam para áreas que necessitam de atenção especial. Isso fomenta um debate importante sobre a qualidade do treinamento oferecido aos policiais militares e a necessidade de garantir que os conhecimentos e princípios éticos sejam consistentemente ensinados e assimilados em todos os níveis da instituição. Essa discussão engloba não apenas a eficácia do treinamento, mas também a construção de uma cultura organizacional baseada em valores éticos e no respeito incondicional aos direitos humanos, elementos vitais para uma atuação policial mais justa e responsável. A perspectiva de introduzir avaliações regulares sobre ética e direitos humanos também suscita debates de extrema importância. Embora a maioria dos participantes compartilhe a visão de que essa abordagem pode representar um passo positivo na garantia da adesão a esses princípios fundamentais, é significativo observar que uma parcela considerável dos respondentes não pôde emitir uma opinião clara a respeito. Esta situação indica a necessidade de aprofundar a análise sobre como essas avaliações podem ser implementadas de maneira eficaz e, igualmente relevante, como podem contribuir para a criação de uma cultura institucional mais impregnada de ética e justiça.

A discussão sobre a introdução dessas avaliações requer uma avaliação abrangente, considerando aspectos práticos como a frequência e o formato das avaliações, bem como a

estrutura de supervisão e feedback. Além disso, é crucial que tais avaliações sejam concebidas não apenas como ferramentas de monitoramento, mas também como instrumentos de educação contínua, incentivando a reflexão e o aprimoramento constante.

A implementação bem-sucedida dessas avaliações pode não apenas auxiliar na identificação de áreas que necessitam de melhorias no ensino policial, mas também contribuir para a promoção de uma cultura organizacional enraizada em valores éticos, que permeie a atuação policial em todas as esferas. Portanto, essa discussão representa uma etapa fundamental na busca por uma força policial mais consciente, responsável e comprometida com princípios de justiça e respeito aos direitos humanos.

A pesquisa oferece uma base sólida e abrangente para a condução de discussões de grande relevância no âmbito do ensino policial militar. Ela lança luz sobre questões cruciais relacionadas ao papel da ética e dos direitos humanos, bem como às abordagens no tocante ao uso da força por parte dos agentes de segurança. Além disso, a pesquisa suscita questionamentos sobre a qualidade do treinamento oferecido aos policiais militares e a viabilidade da implementação de avaliações regulares.

Essas discussões não podem ser subestimadas, visto que são fundamentais para o progresso e aprimoramento contínuos das práticas no campo da segurança pública. Elas representam uma oportunidade para que as instituições policiais revisem e reforcem seu compromisso com a integridade, justiça e respeito aos direitos humanos. Através dessas discussões, podem ser estabelecidas políticas e diretrizes mais alinhadas com as expectativas da sociedade, bem como com as normas internacionais de direitos humanos. Conseqüentemente, a pesquisa não apenas fornece uma visão aprofundada sobre os desafios atuais, mas também indica um caminho para o desenvolvimento de uma força policial mais ética, justa e comprometida com o pleno respeito aos direitos humanos em sua atuação cotidiana.

No árduo cenário da segurança pública, moldar não apenas agentes de ordem, mas também cidadãos conscientes, é uma tarefa transcendental. Nesse contexto, o ensino de ética e direitos humanos emerge como um farol orientador, iluminando o caminho para a formação de policiais e cidadãos que não apenas compreendem a complexidade do dever público, mas também internalizam os valores fundamentais que permeiam uma sociedade justa e equitativa.

A educação em ética e direitos humanos não se restringe a um conjunto de normas a ser memorizado; é um alicerce sólido, fundamentado na compreensão profunda de princípios morais e na apreciação intrínseca da dignidade humana. Ao inculcar esses ensinamentos nos futuros agentes da lei, não apenas se forja uma força policial mais apta a enfrentar os desafios

éticos do cotidiano, mas também se planta as sementes de uma cidadania engajada e responsável.

A ética, como bússola moral, guia os passos dos policiais, dotando-os da capacidade de discernir entre o certo e o errado em meio às situações mais desafiadoras. Um policial ético não apenas cumpre o dever, mas o faz com integridade e respeito aos direitos inalienáveis de cada indivíduo. Essa consciência ética não apenas eleva a qualidade do serviço policial, mas também constrói uma ponte de confiança entre as forças de segurança e a comunidade que juraram proteger.

Além disso, o ensino de direitos humanos na formação policial não é apenas um requisito legal, mas uma peça vital na construção de uma sociedade justa. Ao entender os direitos humanos como a espinha dorsal da convivência pacífica, os policiais tornam-se defensores intrépidos da dignidade humana, protegendo não apenas os cidadãos, mas também os pilares éticos que sustentam uma sociedade democrática.

No entanto, a importância transcende as fileiras da polícia. Ao levar esses ensinamentos para o seio da sociedade, fomentamos a criação de cidadãos conscientes de seus direitos e responsabilidades. O entendimento profundo da ética e dos direitos humanos não apenas empodera os indivíduos a exigirem justiça e equidade, mas também os capacita a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

A promoção da cidadania, então, não é apenas um fruto do conhecimento teórico; é uma colheita resultante do cultivo de mentes que compreendem a importância de valores éticos e direitos humanos na construção de um tecido social resiliente. Ao educar policiais e cidadãos nesses preceitos, estamos investindo na forja de um futuro no qual a justiça não é apenas buscada, mas também vivenciada no dia a dia.

Tendo em vista a necessidade de robustecer a ética e os direitos humanos no ensino policial militar, sugere-se uma série de mudanças na grade curricular que podem ser implementadas para atingir este objetivo. Estas alterações são fundamentais para garantir que os futuros policiais militares estejam não apenas tecnicamente preparados, mas também alinhados com os princípios de justiça, respeito e integridade.

Introdução de Módulos Específicos sobre Ética e Direitos Humanos, uma das primeiras e mais significativas mudanças seria a introdução de módulos dedicados exclusivamente à ética e aos direitos humanos. Estes módulos deveriam abranger não apenas os aspectos teóricos, como a história e a filosofia por trás desses conceitos, mas também situações práticas e estudos de caso que ilustrem sua aplicação no contexto policial. Isso garantiria que os policiais tenham uma compreensão sólida e prática destes princípios.

Treinamento em Comunicação e Resolução de Conflitos, que deve enfatizar o treinamento em habilidades de comunicação e técnicas de resolução de conflitos. Isso prepara os policiais para lidar com situações potencialmente voláteis de maneira pacífica e eficaz, reduzindo a necessidade de uso da força e promovendo interações mais humanizadas com os cidadãos.

Simulações Realistas e Treinamentos Práticos, pois a implementação de simulações realistas e treinamentos práticos que incorporem dilemas éticos e questões de direitos humanos é crucial. Essas atividades ajudariam os policiais a aplicarem seus conhecimentos teóricos em cenários que imitam desafios reais enfrentados no campo, fomentando a tomada de decisões éticas sob pressão.

Aulas Interdisciplinares com Enfoque em Ciências Humanas, essa integração de disciplinas das ciências humanas, como sociologia, psicologia e direito, poderia enriquecer o currículo. Isso ampliaria a compreensão dos policiais sobre a sociedade e o comportamento humano, ajudando-os a agir com maior empatia e consciência social.

Avaliações Contínuas e Feedback Construtivo, com a introdução de avaliações contínuas e feedback construtivo sobre o desempenho dos policiais em relação à ética e aos direitos humanos é essencial. Isso não apenas monitora o progresso, mas também incentiva a reflexão contínua e o aprimoramento pessoal.

Inclusão de Temas de Saúde Mental e Autocuidado, pois a saúde mental e o autocuidado são fundamentais na vida de um policial. Oferecer módulos que abordem estas questões pode ajudar na gestão do estresse e na prevenção de comportamentos abusivos ou prejudiciais.

Estas mudanças, ao serem implementadas, podem transformar significativamente o ensino policial militar, alinhando-o mais estreitamente com as expectativas de uma sociedade moderna e justa. Ao colocar a ética e os direitos humanos no centro da formação policial, reforçamos a responsabilidade e a integridade dos agentes, fomentando uma atuação mais humana e eficaz na manutenção da ordem e na proteção dos cidadãos, considerando que a promoção da ética e dos direitos humanos contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais equilibrada, especialmente em um contexto onde frequentemente se observa dificuldade em diferenciar esses conceitos, a presença de policiais bem-informados e conscientes destes princípios é de suma importância.

Neste cenário, policiais que possuem um entendimento aprofundado de ética e direitos humanos podem fazer uma diferença substancial, atuando não apenas como guardiões da lei,

mas também como agentes de mudança social, capazes de influenciar positivamente o ambiente em que atuam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num panorama complexo, onde as nuances da segurança pública se entrelaçam com os valores fundamentais da sociedade, a reflexão sobre a promoção da integridade e justiça no ensino policial militar emerge como um imperativo incontestável. À medida que desbravamos as intrincadas trilhas éticas e alicerces dos direitos humanos, torna-se evidente que a formação dos agentes da lei não é apenas um ato burocrático, mas um compromisso intrínseco com a construção de um tecido social onde a justiça é não apenas um ideal, mas uma realidade concretizada.

Por isso, a incorporação de princípios éticos e a consciência dos direitos humanos no ensino policial militar emergem como elementos cruciais para moldar uma força de segurança pública que esteja em sintonia com as demandas e valores de uma sociedade contemporânea e justa. A pesquisa e discussões apresentadas ressaltam não apenas a necessidade, mas também o impacto positivo que tais medidas podem ter tanto na conduta individual dos policiais quanto na percepção pública da instituição policial. Policiais bem-educados em ética e direitos humanos têm o potencial de transformar o modo como a segurança é percebida e praticada, promovendo um ambiente de confiança mútua e respeito entre a polícia e a comunidade.

Esta abordagem não somente fortalece o tecido social, mas também garante a manutenção da ordem pública de maneira mais eficaz e humanizada. Assim, fica evidente que a integração desses valores fundamentais no ensino policial militar é um passo imprescindível para o avanço de uma sociedade mais equilibrada, justa e segura para todos os seus membros.

Ao culminar essa reflexão, é imperativo reconhecer que a construção de uma força policial ética e consciente não é uma jornada com fim, mas um compromisso constante de aprimoramento. A integridade e a justiça não são metas estáticas, mas um horizonte dinâmico a ser perseguido incansavelmente. O diálogo contínuo sobre ética, a promoção dos direitos humanos e a revisão constante dos métodos de ensino são os pilares sobre os quais a edificação de uma força policial justa e responsável se sustentará.

Assim, ao reconhecer a grande importância dos direitos humanos e da ética no ensino policial militar, vislumbramos não apenas uma aplicação mais justa e equitativa da lei, mas a sementeira de uma cultura institucional sólida, enraizada nos valores fundamentais que refletem

o anseio coletivo por uma sociedade onde a integridade e a justiça sejam mais do que ideais, mas a própria substância que molda o tecido social. Este é um compromisso renovado, um chamado constante à reflexão e ao aprimoramento, para que as futuras gerações de policiais militares e cidadãos sejam coautores de um futuro em que a ética e os direitos humanos floresçam como alicerces inabaláveis de uma sociedade justa e respeitosa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. V.; CHRISTMANN, L. A. Ética na Gestão de Pessoas e Empresas. São Paulo: Saraiva, 2002.

BAYLEY, D. H. Police for the Future. New York: Oxford University Press, 1994.

BECCARIA, C. (2002). Dos Delitos e das Penas. Edipro.

BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CATÂNEO, A. J. Ética policial: uma análise dos processos de exclusão e admissão dos oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública) - Academia de Polícia Militar do Barro Branco, São Paulo, 2008.

COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2010.

FLORIAN, L. (2009). Reimagining Special Education. Teachers College Press.

GOLDSTEIN, H. Problem-Oriented Policing. Philadelphia: Temple University Press, 1977.

KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 1993.

KLOCKARS, C. B. The Idea of Police. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.

NALINI, J. (2001). Human Rights: The Essence of Social Existence. Deep and Deep Publications.

NALINI, J. R. Ética Geral e Profissional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SILVA, M. M. Ética e Deontologia Policial. 2000. Monografia (Curso de Formação de Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Barro Branco, São Paulo, 2000.

SKOLNICK, J. H. Justice Without Trial: Law Enforcement in a Democratic Society. New York: John Wiley & Sons, 1966.

SKRTIC, T. M. (1995). The Politics of Special Education: A Twentieth Century Retrospective. Journal of Special Education, 28(3), 270–286.

VASQUES, J. J. S. Ética. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXO

Prezado (a) participante,

Esta é uma pesquisa sobre o tema DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E ENSINO POLICIAL MILITAR que foi delimitado pelo título “Promovendo a integridade e a justiça: a importância dos direitos humanos e ética no ensino policial militar” e está sendo desenvolvida pelo aluno soldado Talisson de Deus Caixeta do Curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública, no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), sob a orientação do Tenente-coronel PM Levi Santos Santana. O objetivo deste estudo é Analisar a eficácia do currículo atual no ensino de princípios éticos e de direitos humanos dos policiais militares, e propor estratégias pedagógicas para melhorar essa formação. Pedimos gentilmente sua cooperação ao preencher o questionário de entrevista que lhe foi enviado. Solicitamos também sua permissão para utilizar os resultados deste estudo em eventos relacionados à segurança pública e para publicá-los em periódicos científicos, seja no âmbito nacional ou internacional. Asseguramos o compromisso com a confidencialidade e a proteção da privacidade de suas informações e de sua participação em todas as etapas da pesquisa, bem como na sua eventual divulgação científica. Ressaltamos que a sua participação neste estudo é totalmente voluntária, e não há obrigatoriedade de fornecer informações ou colaborar com as atividades propostas pelo pesquisador. Se optar por não participar ou, em algum momento, decidir abandonar o estudo, não enfrentará quaisquer consequências negativas. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ou fornecer informações adicionais em qualquer fase da pesquisa.

Questionário voltado à aqueles que estão em formação, ou seja, ainda não estão atuando como policial militar.

Em sua opinião, qual é o grau de importância de ensinar ética no contexto do ensino policial militar?

Qual é a sua opinião sobre o uso da força dos policiais militares? Você acha que a ética e os direitos humanos devem influenciar a decisão de uso da força?

Como você avaliaria o nível de conhecimento dos policiais militares sobre questões de direitos humanos em sua unidade?

Excelente
Bom
Satisfatório
Insatisfatório
Muito insatisfatório
Não sei dizer

Como você avaliaria o nível de conhecimento dos policiais militares sobre questões de ética em sua unidade?

Excelente
Bom
Satisfatório
Insatisfatório
Muito insatisfatório
Não sei dizer

Você acredita que a introdução de avaliações regulares sobre ética e direitos humanos pode ser benéfica para garantir o cumprimento desses princípios pelos policiais militares?

- Sim
- Não
- Não sei dizer

Caso tenha alguma sugestão adicional ou comentários sobre a importância dos direitos humanos e ética no ensino policial militar, favor colocar abaixo: